ISSN: 2446-6549
| Seção: Artigo |
http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25932

INTERESPAÇO
Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

Geografia Brasileira: uma ciência atrasada no rolê dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+?

Brazilian Geography: a science late to the party in LGBTQIAPN+ population studies?

Geografía Brasileña: ¿una ciencia atrasada en el rolê de los estudios sobre la población LGBTQIAPN+?

Ian Moura Martins
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Pinheiro.
ianmoura55@gmail.com / http://orcid.org/0000-0002-5089-9320

Marcos Nicolau Santos da Silva
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão – PPGGEO/UFMA.
marcos.nicolau@ufma.br / http://orcid.org/0000-0003-0311-4559

Igor Cruz Castro
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
ic.castro@discente.ufma.br / http://orcid.org/0000-0002-7417-325X

Recebido: 30/01/2024; Aceito: 10/09/2024; Publicado: 02/03/2025.

Resumo

Este artigo investiga a inclusão das temáticas LGBTQIAPN+ na ciência geográfica brasileira por meio da análise de dissertações e teses. Através de uma revisão sistemática da literatura, foram examinadas produções acadêmicas até 2023, identificando 58 trabalhos, majoritariamente de universidades públicas. Constatou-se que, embora os estudos tenham aumentado a partir de 2015, a produção ainda se concentra nas regiões Sul e Sudeste, com foco em categorias como "território" e "espacialidade". Identidades trans e travestis são frequentemente associadas à violência e prostituição, enquanto orientações como assexualidade e pansexualidade permanecem negligenciadas. Conclui-se que há a necessidade de ampliar e diversificar as pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+ no campo da Geografia.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidades; População LGBTQIAPN+; Pós-Graduação em Geografia; Estado da Arte.

Abstract

This article investigates the inclusion of LGBTQIAPN+ themes in Brazilian geographical science through the analysis of dissertations and theses. Using a systematic literature review, academic productions up to 2023 were examined, identifying 58 works, predominantly from public universities. It was found that, although studies have increased since 2015, production is still concentrated in the South and Southeast regions, with a focus on categories such as "territory" and "spatiality". Trans and travesti identities are frequently associated with violence and prostitution,

while orientations such as asexuality and pansexuality remain neglected. The study concludes that there is a need to expand and diversify research on LGBTQIAPN+ populations in the field of Geography.

Keywords: Gender; Sexualities; LGBTQIAPN+ Population; Postgraduate Studies in Geography; State of the Art.

Resumen

Este artículo investiga la inclusión de las temáticas LGBTQIAPN+ en la ciencia geográfica brasileña mediante el análisis de tesis y disertaciones. Mediante una revisión sistemática de la literatura, se examinaron producciones académicas hasta 2023, identificando 58 trabajos, mayoritariamente de universidades públicas. Se constató que, aunque los estudios han aumentado a partir de 2015, la producción aún se concentra en las regiones Sur y Sureste, con un enfoque en categorías como "território" y "espacialidade". Las identidades trans y travestis son frecuentemente asociadas a la violencia y la prostitución, mientras que orientaciones como la asexualidad y la pansexualidad permanecen desatendidas. Se concluye que es necesario ampliar y diversificar las investigaciones sobre la población LGBTQIAPN+ en el campo de la Geografía.

Palabras clave: Género; Sexualidades; Población LGBTQIAPN+; Estudios de Posgrado en Geografía; Estado de la Cuestión.

Introdução

A Geografia, enquanto ciência, caracteriza-se pela abordagem espacial dos fenômenos sociais de maneira holística e sistemática. Contudo, nem sempre se dedicou ao estudo de temáticas relacionadas a populações em situação de vulnerabilidade. Ao longo de seu desenvolvimento epistemológico e ontológico, a ciência geográfica brasileira subalternizou, histórica, estrutural e espacialmente, questões étnico-raciais e de gênero, o que inclui os estudos sobre a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pansexuais, não binários e o "+" indica outras orientações sexuais e identidades de gênero não contempladas pela sigla) (Moreira, 2022).

No que diz respeito à marginalização dessas temáticas, Paula e Pedroso (2020) destacam que os estudos sobre raça, gênero, sexualidade e suas intersecções começaram a ser discutidos no contexto da Geografia brasileira a partir da década de 1980. Foi nesse período, que o campo da Geografia passou a incorporar o conceito de gênero em suas análises, evidenciando, de maneira binária, como a espacialidade era construída e vivida por homens e mulheres.

Apesar dos avanços nos estudos sobre gênero e sexualidades na Geografia brasileira a partir dos anos 1980, Silva (2000) observa que ainda são poucos os pesquisadores que abordam o espaço sob a perspectiva das relações de gênero. Esse número reduzido de geógrafas e geógrafos que investigam o tema reflete a trajetória histórica do pensamento

geográfico no Brasil que, por muito tempo, marginalizou questões consideradas dissidentes, em detrimento dos grandes temas das escolas de Geografia Humana e Física.

Por outro lado, pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, especialmente aqueles pertencentes a esses segmentos sociais, têm trazido esses obstáculos à tona e, simultaneamente, desenvolvido pesquisas científicas de base crítica – muitas vezes de forma solitária –, incorporando a pluralidade desses grupos em suas análises e apresentando novos horizontes e possibilidades de pesquisa.

No campo da Geografia, Silva (2017, p. 30) destaca que "o olhar do geógrafo se torna uma arma fundamental para os estudos com as temáticas de Geografia e Gênero". Assim, a Geografia, por meio de suas clivagens teóricas e metodológicas, pode potencializar as discussões que envolvem o campo do gênero e das sexualidades, dando-lhes novos contornos e servindo tanto como um canal de denúncia (por meio de uma Cartografia que revela as inúmeras violências sofridas pela população LGBTQIAPN+) quanto como um direcionador para a solução gradual dos preconceitos enraizados na sociedade brasileira, reforçando a necessidade de políticas públicas.

No centro desta questão, o título deste artigo parte de uma pergunta provocativa: a Geografia brasileira é uma ciência atrasada no rolê dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+? É importante esclarecer que a expressão "atrasada no rolê[1]" é uma gíria comum entre muitos LGBTQIAPN+, especialmente os mais jovens, e significa chegar com atraso a uma situação ou evento. Por conseguinte, o uso da linguagem coloquial neste trabalho tem a intenção de chamar a atenção do leitor para o tema em questão e, ao mesmo tempo, tensionar a ciência geográfica.

Com base nessas provocações, o objetivo deste artigo foi investigar a inclusão das temáticas LGBTQIAPN+ na ciência geográfica brasileira por meio da análise de dissertações e teses. Para isso, foi adotada uma revisão sistemática da literatura aliada ao estado da arte, que forneceu os subsídios necessários para a construção da pesquisa. Destaca-se que, além da Introdução e das Considerações Finais, o presente artigo está estruturado em mais dois capítulos: o segundo descreve o caminho metodológico da pesquisa e o terceiro apresenta, por meio do estado da arte, o cenário das produções na Geografia sobre a população em questão.

Percurso metodológico da pesquisa

[1]Apesar de não haver um consenso sobre a grafia correta da palavra (rolé ou rolê), visto que se trata de uma criação popular relativamente recente e regionalmente variável, é muito comum encontrar nos dicionários, como o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP, 2003), o termo "rolé" para se referir a um pequeno passeio ou dar uma volta.

De acordo com Severino (2013), a ciência se constrói quando o(a) pesquisador(a) investiga fenômenos utilizando recursos técnicos, seguindo um método e embasando-se em princípios epistemológicos que sustentam e justificam a metodologia escolhida. Nesse contexto, o percurso metodológico deste estudo está fundamentado nos pilares científicos, incluindo a definição da fundamentação epistemológica e a seleção do método e das técnicas de pesquisa.

A partir dessa premissa, a pesquisa iniciou-se com uma revisão sistemática da literatura. Conforme Galvão e Ricarte (2019), esse tipo de revisão permite ao(à) pesquisador(a) apresentar as bases de dados bibliográficas consultadas, bem como as estratégias de busca utilizadas. No delineamento da revisão sistemática, foi adotado o Estado da Arte, descrito por Vasconcellos, Silva e Souza (2020, p. 3) como "levantamentos sistemáticos ou balanços sobre o conhecimento produzido durante um determinado período e área de abrangência". Esse tipo de pesquisa possibilita identificar o *status quo* da produção científica, ou seja, compreender as direções tomadas e suas implicações para a área de estudo.

É importante destacar que muitas pesquisas denominadas Estado da Arte buscam evidenciar ausências ou lacunas no campo do conhecimento, ao mesmo tempo que procuram entender os motivos pelos quais certas temáticas são subalternizadas e desvalorizadas no contexto científico, apontando novos caminhos que possam fortalecer ou aprofundar a discussão. Nesse sentido, esta pesquisa almejou identificar como a população LGBTQIAPN+ tem sido abordada na pós-graduação em Geografia no Brasil.

Para tanto, foram elaboradas perguntas de caráter metodológico para orientar a investigação nas bases consultadas e na análise dos dados sistematizados: Quando e onde os estudos sobre a população LGBTQIAPN+ foram produzidos na Geografia brasileira? Existe regularidade temporal nas produções? Como ocorre a distribuição geográfica desses estudos? No âmbito da população LGBTQIAPN+, quais sujeitos ou identidades são mais e menos estudados? E, por fim, quais docentes têm orientado mais trabalhos relacionados à população LGBTQIAPN+ no campo da Geografia?

Para responder a essas questões, foi realizado o levantamento das produções acadêmicas na ciência geográfica brasileira que abordam temáticas diversas sobre a população LGBTQIAPN+. Optou-se por não definir um ano inicial, com o objetivo de identificar tanto os primeiros quanto os trabalhos mais recentes sobre o tema. Contudo, o dia 30 de dezembro de 2023 foi estabelecido como data limite para a coleta dos dados. Para realizar o levantamento, foram consultados os seguintes bancos de dados (Quadro 1):

Quadro 1 – Banco de dados consultados para construção da pesquisa

NOME DA PLATAFORMA	LINK DE ACESSO
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	https://bdtd.ibict.br/vufind/
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/
Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasisbr)	https://oasisbr.ibict.br/vufind/
Plataforma Sucupira	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml

Elaboração: Autores, 2023.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) foi lançada no final de 2002, sendo concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) (Brasil, 2023a). Paralelamente, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES também foi lançado em 2002, com o objetivo de facilitar o acesso às dissertações e teses defendidas a partir de 1987 nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil (Brasil, 2023d).

O Oasisbr, assim como a BDTD, é uma iniciativa do IBICT. Trata-se de um mecanismo de busca multidisciplinar que reúne produções científicas de pesquisadores vinculados a instituições brasileiras e portuguesas, incluindo publicações em revistas científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações (Brasil, 2023e). Além disso, a Plataforma Sucupira foi utilizada para identificar a quantidade de programas de pós-graduação ativos e o conceito CAPES de cada curso (mestrado ou doutorado). O conceito CAPES é uma escala que varia de 1 a 7 (Brasil, 2023d). Em síntese, os conceitos podem ser definidos da seguinte forma:

- **Conceitos 1 e 2**: programas com autorizações de funcionamento canceladas e, consequentemente, sem reconhecimento dos cursos oferecidos (mestrado e/ou doutorado);
- **Conceito 3**: considerado satisfatório, pois atende ao padrão mínimo de qualidade;
- **Conceito 4**: corresponde a um bom desempenho do programa;
- **Conceito 5**: nota máxima para programas que oferecem apenas o mestrado;
- **Conceitos 6 e 7**: indicam alto padrão internacional de desempenho, sendo 7 o máximo para programas de doutorado.

Para a filtragem dos trabalhos foram utilizados os seguintes descritores: gênero, sexualidade, GLS (sigla em desuso), LGBT, LGBTQI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, LGBTfobia, LGBTQI+fobia, LGBTQIA+fobia, LGBTQIAPN+fobia, gay, viado, lésbica, sapatão, sapatona, queer, homossexual, bissexual, não binário, travesti, travestilidade, transexual, transgênero, trans,

homens trans, mulher trans, assexual, pansexual e Geografia. Para refinar a busca, foram empregados os operadores booleanos and (e) e or (ou).

Para facilitar a localização das produções, definiu-se que os descritores deveriam constar obrigatoriamente no título, nas palavras-chave ou no resumo dos manuscritos. Esse processo de refinamento foi essencial, uma vez que existem repetições de um mesmo trabalho entre os bancos de dados consultados. Além disso, foram adotados critérios de inclusão e exclusão para a seleção do material que compõe o corpus desta pesquisa:

- **Os critérios de inclusão**: dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia (públicos ou privados) do Brasil, que abordem a população LGBTQIAPN+, nos idiomas português, espanhol ou inglês;
- **Os critérios de exclusão**: monografias, artigos publicados em periódicos, documentos institucionais ou técnicos, pesquisas sobre outros países, estudos realizados por pesquisadores sem formação ou atuação em Geografia, trabalhos que não abordam a temática de interesse e estudos publicados em outros idiomas.

Para a tabulação dos dados foi elaborada uma planilha no Microsoft Excel com seis colunas, contendo informações sobre a autoria, o título da obra, o tipo de produção (dissertação ou tese), o ano de defesa, o nome do(a) orientador(a) e a instituição responsável pela defesa do trabalho. Posteriormente, os resultados foram sistematizados e organizados em quadros, figuras, mapas temáticos, estes últimos foram elaborados no software de código aberto QGIS, versão 3.34.2, e nuvens de palavras, geradas por meio do site gratuito: WordClouds.com. Essas visualizações desempenharam um papel fundamental na discussão dos resultados, proporcionando uma análise mais clara e detalhada.

A pesquisa geográfica brasileira sobre a população LGBTQIAPN+

Na Geografia, os estudos voltados à comunidade LGBTQIAPN+ constituem um campo interdisciplinar que examina como as noções de gênero e sexualidade são socialmente construídas, moldadas e expressas por meio de processos espaciais, como urbanização, migração, segregação espacial e políticas públicas, além de suas interligações com categorias geográficas. Nesse contexto, a Geografia oferece uma perspectiva singular sobre como as identidades de gênero e sexuais são vivenciadas e contestadas em diferentes cenários geográficos, culturais e socioeconômicos, fornecendo subsídios essenciais para a compreensão das dinâmicas sociais e espaciais em um mundo em constante transformação.

No entanto, ao analisar as produções científicas (dissertações e teses), percebe-se que, apesar dos avanços teóricos e metodológicos no campo geográfico – como os realizados pelo Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE/UEPG), o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NEPEC/UERJ) e o Grupo de Pesquisa em Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal Fluminense (ETHOS/UFF) – as pesquisas sobre gênero, sexualidade e suas intersecções ainda representam uma parcela minoritária na ciência geográfica. Essa realidade torna-se ainda mais evidente quando comparada à produção consolidada em áreas tradicionais, como Geografia Agrária, Geografia Urbana e Geografia Política (Araújo, 2018).

Além disso, persiste, na Geografia, uma visão limitadora ao abordar as múltiplas interfaces que permeiam as discussões de gênero e sexualidade. De acordo com Paula e Pedroso (2020), ainda é muito comum nas produções geográficas a abordagem do conceito e debate sobre gênero exclusivamente pela perspectiva feminista, o que, por sua vez, acaba excluindo indivíduos com outras vivências e identidades de gênero dissidentes.

Neste contexto, nota-se que certos temas, principalmente aqueles relacionados à população LGBTQIAPN+ e suas interfaces, ainda se desenvolvem de maneira lenta no campo geográfico (Araújo, 2018). Uma explicação para essa problemática, na visão de Santos (2022, p. 58), pode ser encontrada na construção de uma epistemologia geográfica hegemônica que "por muito tempo desconsiderou abordagens que retratassem gênero, sexualidades e racialidades, bem como ignorava os sujeitos produtores desses conhecimentos".

Em outras palavras, essas ausências e silenciamentos históricos na ciência geográfica resultam de uma "legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos de uma Geografia branca, masculina e heterossexual", que, muitas vezes, desconsiderou as existências espaciais de certos grupos sociais – como a população LGBTQIAPN+ – por não os considerar sujeitos e objetos "adequados" de pesquisa (Silva, 2009).

Acerca desta questão, Paula e Pedroso (2020, p. 11) acrescentam que "o debate sobre gênero, assim como a questão racial e as sexualidades, ainda hoje é alvo de intensas críticas no discurso epistemológico da Geografia". Esses entraves evidenciam que as ausências e o olhar adiáforo para as temáticas raciais, de gênero e sexualidades no campo geográfico não são fatos aleatórios, mas, ao contrário, são intencionais e historicamente (re)produzidos. Inclusive:

> Nos eventos científicos, congressos, simpósios, entre outros, raramente encontramos eixos de debates para trabalhos com estas temáticas, o que

> condiciona tais discussões ao tempo do recente, uma vez que a inclusão de grupos de trabalhos, os conhecidos GT's sobre gênero e sexualidades passaram a existir apenas em meados dos anos 2000. E ainda assim, muitas vezes são incorporados em grupos que somam temas diversos, como se fossem grandes aglomerados, por exemplo: gênero, sexualidades, etnia e religiosidades, temas tão complexos que trabalhados isoladamente dificilmente esgotariam a discussão (Paula; Pedroso, 2020, p. 9).

Apesar da ampliação dos espaços científicos para discutir temáticas "periféricas e marginalizadas" na Geografia, ainda existem obstáculos estruturais que limitam essas discussões. Um exemplo ilustrativo disso é a busca pelo termo "LGBT" no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES entre 2006 e 2023, que retornou 969 produções, sendo 680 dissertações e 203 teses (vale ressaltar que a soma não é exata devido à repetição de alguns trabalhos). No entanto, ao restringir a pesquisa à área de Geografia, apenas 12 trabalhos foram identificados (8 dissertações e 4 teses de doutorado). Quando outros descritores relacionados foram aplicados – muitos dos quais não retornaram nenhum trabalho –, os resultados foram semelhantes ao do primeiro exemplo, o que evidencia a escassez de pesquisas sobre essa população em comparação com outras áreas geográficas.

Em um estudo semelhante, Ornat (2008) catalogou as produções geográficas a partir de 1987 que abordavam as temáticas de gênero, espacialidades e sexualidade. Utilizando descritores como: gay, gênero, homossexual, lésbica, prostituição, queer, sexualidade, transexual, travesti e travestilidade, o autor identificou 33 trabalhos. No presente estudo, tomando como referência as bases de dados e os descritores e critérios adotados foram encontrados 58 produções, sendo 46 dissertações e 12 teses (Quadro 2):

Quadro 2 – Compilação das dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação de Geografia que versam sobre a população LGBTQIAPN+.

Autoria	Título da obra	Ano	IES
DISSERTAÇÕES			
Benhur Pinós da Costa	A Condição Homossexual e a Emergência de territorializações	2002	UFRGS
Alemar Moreira de Sousa	O espaço que ousa dizer seu nome: territórios GLTBS de Goiânia	2005	UFG
Marcio José Ornat	Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR	2008	UEPG
Matteus Freitas de Oliveira	Princesas do sertão: o universo trans entre o espelho e as ruas de Feira de Santana - BA.	2010	UFBA
Marta Valentina Torres Rodriguez	Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con el espacio urbano de Santiago de Chile	2012	UNESP
Leandro Rosa Dal Forno	A festa da diversidade em Cruz Alta-RS como território de exercício da sexualidade LGBT e de seu reconhecimento social	2013	UFSM
Marcia Tobias Carneiro	Vivências espaciais da saúde no grupo de travestis e transexuais na cidade de Ponta Grossa - Paraná	2014	UEPG
Ana Carolina Santos Barbosa	A construção de corpos travestis: trajetórias que falam de binarismos e subversões no espaço escolar	2015	PUC-RJ
Geise Teixeira do Nascimento	Território e territorialidade travesti/transexual em Três Lagoas	2015	UFMS

Cabral Vinicius	Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas	2015	UEPG
Thiago de Carvalho Matos	A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista: o caso da Rua Frei Caneca São Paulo	2015	USP
Adelaine Ellis Carbonar dos Santos	Espaço Escolar, Homossexualidades e Prática Discursiva em Ponta Grossa, Paraná	2015	UEPG
Taiane Flôres do Nascimento	Os terreiros de cultos afro-brasileiros e de origem africana como espaços possíveis às vivências travestis e transexuais	2016	UFSM
Marlucy Sousa Albuquerque Palmeira	As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR153 em Araguaína- TO	2016	UFT
Bruno de Freitas	Cidade, gênero e territorialidades LGBT em Uberlândia, MG	2016	UFU
William Hanke	Espaço, interseccionalidades e vivência cotidiana gay na cidade de Ponta Grossa, Paraná	2016	UEPG
Carlos André Gayer Moreira	Espaço escolar, Geografia e homofobia: Um diálogo entre educação, gênero e diversidade sexual	2016	UFPel
Adriana Gelinski	As vivências espaciais dos membros LGBT da igreja da comunidade metropolitana em Maringá e da Igreja Episcopal Anglicana em Curitiba e a constituição das significações de suas sexualidades	2017	UEPG
Carolina Pereira Peres	Geo-grafias dos Sujeitxs: Gênero e Ação Cultural em Nova Iguaçu	2017	UFRRJ
Edipo Djavan dos Reis Göergen	Homossexualidades na territorialidade tradicionalista gaúcha	2017	UEPG
Fabiano Barnart	As travestilidades na ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970	2018	UFRGS
Ruan Pinheiro do Nascimento Faria	Concepções de gênero e sexualidade no ensino de Geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás	2018	UFG
Nathália da Silva Vieira	O Buraco da Lacraia na Lapa Carioca: relações homoafetivas e distintas territorialidades, em um espaço de vivências LGBT	2019	UERJ
Irineu Soares de Oliveira Neto	Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de Geografia em escolas de educação básica	2019	UFPB
Vinicius Santos Almeida	Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo	2019	USP
Fernanda de Faria Viana Nogueira	De quem são os lugares na cidade? Entendendo trajetórias gays em Campos dos Goytacazes – RJ	2019	UFF
Igor Melo de Aquino	Economia moral dos corpos em Niterói: fissuras na cidade cis-heteronormativa	2019	UFF
Diego Miranda Nunes	A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande - RS	2019	UFRN
Cláudia Maliszewski Escouto	A Geografia já saiu do armário? Diálogos sobre gênero, sexualidades e escola	2019	UFRGS
Alline Lemos Lira	Gênero no ensino de Geografia em escolas estaduais do Tocantins	2019	UFT
Vinicius Nunes Fileto	Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro	2020	UFU
Bruna Iara Lorian Chagas	As Assemblage de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná	2020	UEPG
Rita Stamer Neves	Análise da Prostituição Feminina no Entorno da Avenida Farrapos em Porto Alegre: estudo sobre a Identidade dos Grupos e suas Características	2020	UFRGS
Tyrone Andrade de Mello	Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia	2021	UFRGS
Edjango Lima Freitas	Territorialidades LGBTQIA+ na educação básica: a oficina geográfica de gênero e sexualidade como ferramenta de luta e resistência.	2021	UFRN
Gabriel Gonçalves Arantes	Ensino de Geografia e Direitos Humanos: a força democrática dos movimentos negro e LGBT	2021	UFU
Laleska Costa de	Interstícios urbanos cariocas: As paradas LGBT+ enquanto	2021	UFF

Freitas	territorialidades suburbanas		
Hortência Gomes de Brito Souza	"Quem vive na margem não se afoga nessa água": Bissexualidade, Interseccionalidade e direito à cidade em Ponta Grossa – Paraná	2022	UEPG
Kelyton Hugo Coelho da Costa	O corpo-queer-ribeirinho: das r-existências corporificadas à reivindicação da cidade pela paisagem	2022	UEPA
Victor Pereira de Sousa	Espaço Corporificado: uma perspectiva Queer em fractal sobre a Geografia da escola	2022	UFRJ
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira	Desenvolvimento Territorial e Políticas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano.	2022	UESB
Yuri Gabriel Vieira Além	Geografias das sexualidades: desafios e estranhamentos no contexto escolar	2022	UFGD
Jéssica Lana de Souza da Silva	Cidade pra quem?: Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano	2022	UFJF
Crislane Palma da Silva Rosa	"Beije sua preta em praça pública": da apropriação do corpo à apropriação do espaço	2022	UFBA
Wilians Ventura Ferreira Souza	"Aqui se respira luta, aqui se pinta diversidade": por uma leitura socioespacial e socioterritorial do movimento LGBTQIA+ brasileiro	2023	UNESP
Matheus Vieira Barbosa	Proteção e resistência: territorialidades LGBTQIA+ na rua da lama em Vitória (ES)	2023	UFV
TESES			
Benhur Pinós da Costa	Por uma abordagem sobre a Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade.	2007	UFRGS
Márcio José Ornat	Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil	2011	UFRJ
Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira	Do movimento social à festa: as microterritorialidades festivas e efêmeras da parada LGBT em Goiânia, Goiás	2016	UFG
Ivan Ignácio Pimentel	Processo de construção dos atores, padrões de sexualidades homossexuais e os Tlovers na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XXI	2016	UERJ
Talita Cabral Machado	A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença	2016	UFG
Ramon de Oliveira Bieco Braga	Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	2020	UEPG
Alemar Moreira de Sousa	Espacialidades do envelhecimento LGBT's nas cidades pequenas de Goiás	2020	UFU
Carlos André Gayer Moreira	Geografias Queer & currículo: Por uma Educação Geográfica Fora do Armário!	2020	UFRGS
Adelaine Ellis Carbonar dos Santos	Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do sul do Brasil e a multiplicidade espacial	2020	UEPG
Evelin Generoso Ferreira Fonseca	Outras Geografias na metrópole carioca: a população LGBTI+ e a busca por uma cidade justa.	2020	UERJ
Gabriel de Lima Souza	Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight	2021	PUC-RJ
Martin Ignacio Torres Rodríguez	La experiencia de travestis y trans femeninas en la vivencia del espacio carcelario masculino en Santiago de Chile	2022	UEPG

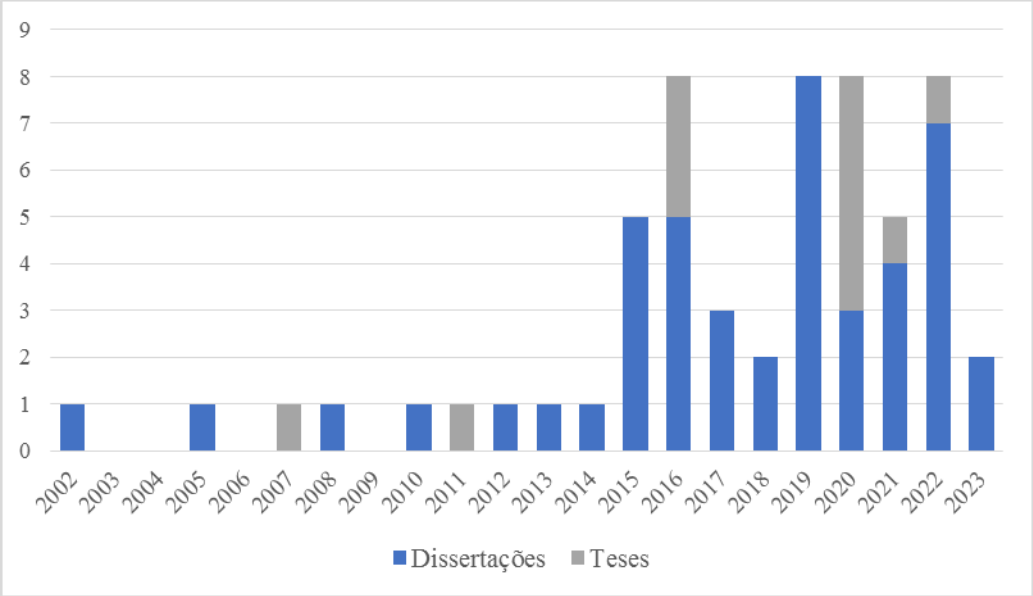
Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Conforme a Quadro 2, a primeira dissertação e tese defendidas em um programa de Pós-graduação em Geografia sobre a população LGBTQIAPN+ foram de autoria de Benhur Pinós da Costa. A dissertação, "A condição homossexual e a emergência de territorializações", foi defendida em 2002, e a tese, "Por uma abordagem sobre a Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade", em 2007, ambas foram

defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich.

No que se refere ao pioneirismo de Benhur na análise da população LGBTQIAPN+ sob uma perspectiva geográfica, Silva e Ornat (2020, p. 209) destacam que seus dois trabalhos acadêmicos (dissertação e tese) "representam mais do que uma vitória pessoal, mas a quebra de uma barreira temática na Geografia Brasileira, que certamente abriu caminho para outros que vieram depois dele". Nesse contexto, é fundamental também examinar os estudos subsequentes a essas contribuições de Benhur bem como analisar a temporalidade dessas publicações (Figura 1).

Figura 1 – Ano e tipo das produções (dissertações e teses) sobre a população LGBTQIAPN+ defendidos em Programas de Pós-Graduação em Geografia



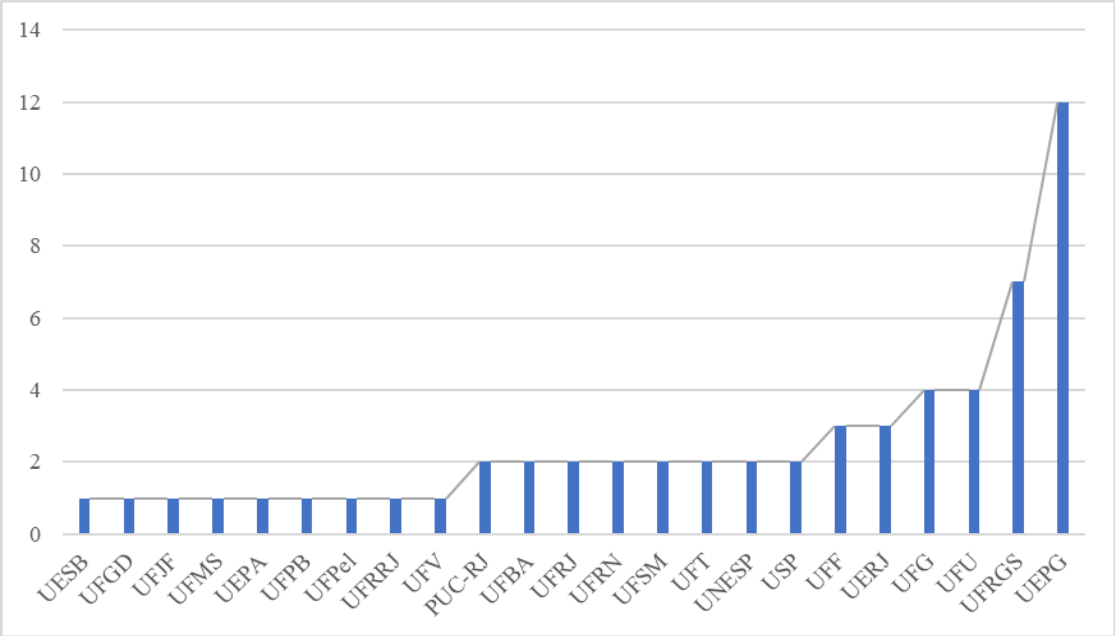
Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Consoante a Figura 1, observa-se que, nos anos de 2003, 2004, 2006 e 2009, não houve publicações sobre o tema. Com exceção de 2020, que registrou o maior número de teses publicadas (cinco no total), nos demais anos predominaram as dissertações, destacando-se 2019 e 2022, com oito e sete publicações, respectivamente. A partir de 2015, verifica-se um aumento significativo no número de pesquisas sobre a temática, o que pode ser atribuído ao fortalecimento dos grupos de pesquisa, às políticas de expansão e consolidação da pós-graduação em Geografia e à formação de novos pesquisadores.

Esse crescimento contribui para ampliar as pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+ na Geografia. Apesar dos retrocessos promovidos pela conjuntura política conservadora que governou no país em períodos anteriores, o cenário atual reflete maior visibilidade e espaço para o tema no meio acadêmico. Progressivamente, a Geografia tem se inserido nos debates acadêmicos e políticos que ganham representatividade em outros

campos científicos, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas. Com base nisso, a Figura 2 apresenta a distribuição das produções por universidade.

Figura 2 – IES onde foram produzidas as dissertações e teses em Geografia

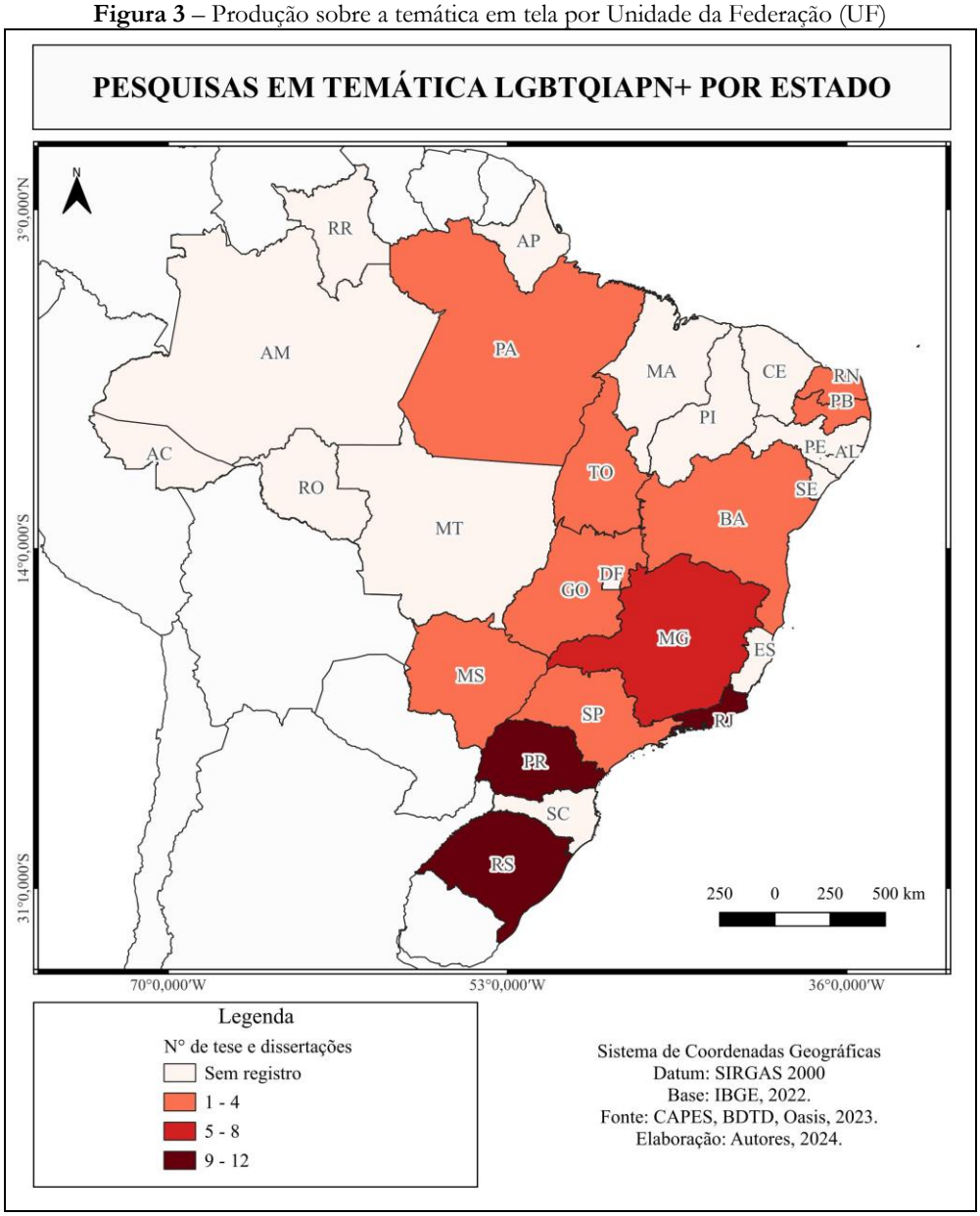


Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

No que diz respeito ao status jurídico das instituições, das 23 universidades identificadas, uma é privada, cinco são estaduais e as demais são federais. Os seis programas de pós-graduação em Geografia com maior produção sobre a temática LGBTQIAPN+ são, em ordem decrescente: a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A localização geográfica dessas instituições de ensino superior com produção acadêmica em nível de pós-graduação está representada na Figura 3.

Dos 26 estados brasileiros, 14 ainda não possuíam registros de pesquisas sobre a temática em questão. Entre os estados que apresentaram produções, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são os mais expressivos. Uma análise da distribuição espacial das produções por macrorregiões geográficas revela uma concentração nas regiões Sul (38%) e Sudeste (36%), que, juntas, representam 74% do total. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste (10,5%), Centro-Oeste (10,5%) e Norte (5%).

Figura 3 – Produção sobre a temática em tela por Unidade da Federação (UF)



Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

De acordo com dados da Plataforma Sucupira, existiam 78 programas de pós-graduação em Geografia ativos no Brasil. Destes, 33 oferecem apenas mestrado acadêmico, quatro oferecem mestrado profissional e 41 oferecem mestrado e doutorado acadêmico. Geograficamente, 25 programas estão localizados na Região Sudeste, 19 no Nordeste, 13 no Sul, 11 no Centro-Oeste e 10 na Região Norte (Brasil, 2023c).

Embora o Sudeste concentre o maior número de programas de pós-graduação em Geografia (13 da rede federal, 10 da estadual e 2 privados), apenas oito deles (32%) possuem produções relacionadas à população LGBTQIAPN+. Dentre as obras encontradas, apenas duas são vinculadas a instituições privadas, ambas da PUC-RJ. Vale destacar que, até 2023, o estado do Espírito Santo não registrou nenhuma produção sobre o tema.

Na região Nordeste, composta por 12 programas federais e sete estaduais, apenas quatro (21%) possuem publicações sobre a temática LGBTQIAPN+. Seis estados da região (Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Alagoas) não apresentaram produções sobre o assunto, o que é preocupante, considerando que o Nordeste lidera os índices de violência e assassinatos contra a população LGBTQIAPN+ (Neivas; Baptista, 2022).

A região Sul, apesar de ser a que mais produziu trabalhos sobre a população LGBTQIAPN+, ocupa o terceiro lugar em quantidade de programas, com cinco estaduais e oito federais. Contudo, apenas quatro (28%) desses programas possuem produções relacionadas ao tema. Entre os estados que compõem a região Sul, apenas Santa Catarina não produziu trabalhos sobre a população LGBTQIAPN+.

No Centro-Oeste, dos 12 programas (3 estaduais e 9 federais), apenas três (25%) têm produções acadêmicas sobre o tema, mas os estados de Mato Grosso e o Distrito Federal não registraram trabalhos nesse período. Já a região Norte, com oito programas (7 federais e 1 estadual), apresenta apenas dois programas (25%) com produções relacionadas à população LGBTQIAPN+, sendo no Pará e Tocantins. Além disso, não foram localizadas dissertações e teses nos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá.

Apesar de algumas regiões se destacarem em pesquisas sobre a temática LGBTQIAPN+, a quantidade de produções ainda é limitada, dada a relevância do assunto. Esse baixo número pode ser atribuído à infrequente atualização de novas produções nas plataformas pesquisadas ou ao desinteresse em realizar pesquisas direcionadas a esse público na Geografia. Sobre esse último aspecto, Ornat (2008, p. 309) tece a seguinte crítica:

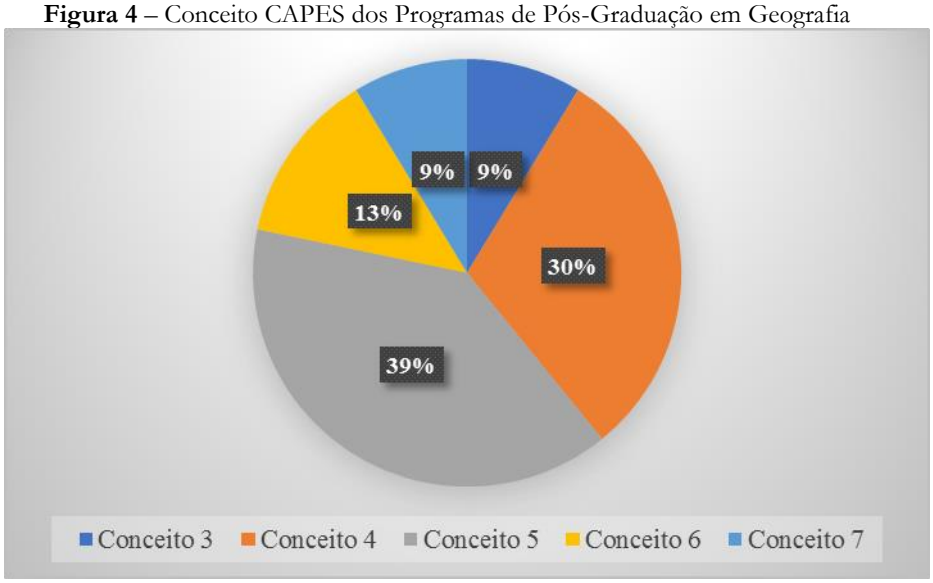
> As temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade têm sido objeto de interesse da Geografia em vários países, a partir da existência tanto de disciplinas nos cursos de graduação como de um conjunto de publicações bem conhecidas dos geógrafos humanos. Entretanto, no Brasil essas discussões não têm ganhado a importância necessária, mostrando-se desde a pequena publicação geográfica em periódicos, de eventos organizados privilegiando tal temática e o reduzido número de geógrafos com linhas ou projetos de pesquisa que tenham por objetivo compreender as temáticas de gênero e sexualidade a partir da sua espacialidade.

O autor destaca uma lacuna no estudo das questões de gênero e sexualidade na Geografia brasileira. Enquanto outros países latino-americanos têm dado maior atenção ao tema, com a inclusão de disciplinas específicas, publicações e eventos, no Brasil, a escassez de publicações, atividades e pesquisadores engajados em estudos sobre a espacialidade de

gênero e sexualidade evidencia a necessidade urgente de expandir esse debate na ciência geográfica.

Esses desafios impactam significativamente o alcance das produções geográficas sobre a população LGBTQIAPN+, limitando não apenas a disseminação do conhecimento, mas também a influência científica e multiescalar dos programas. Para contextualizar melhor essa situação, a Figura 4 ilustra os conceitos da avaliação CAPES dos Programas de Pós-Graduação em Geografia que possuem produções científicas relacionadas à temática desta pesquisa.

Figura 4 – Conceito CAPES dos Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: Plataforma Sucupira, 2023.

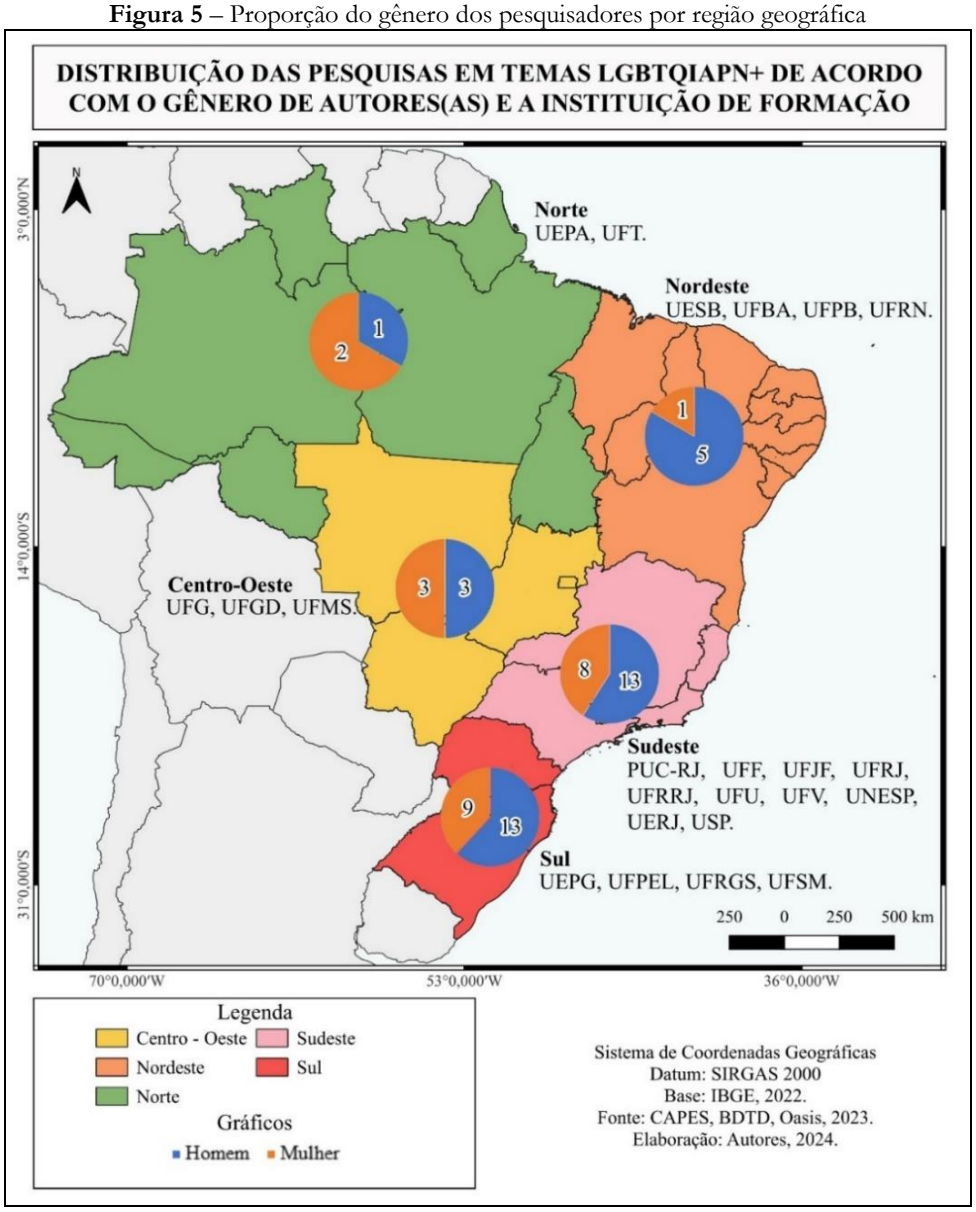
Na Figura 4, observa-se que a maioria dos trabalhos (65%) provém de programas de pós-graduação com conceitos considerados "bons", ou seja, com notas entre 4 e 5. Do universo de programas, apenas dois programas, a UNESP e a UFRJ, atingem a nota máxima, enquanto dois cursos, a UEPA e a UFV, possuem a menor avaliação (Brasil, 2023c). Sobre a avaliação da CAPES, Oliveira (2023, p. 72, grifo nosso) faz uma reflexão pertinente ao afirmar que:

> Os **cursos recém-criados, por exemplo, são mais suscetíveis a ter conceitos menores em relação àqueles mais antigos, pela própria normatização da instituição avaliadora** e esse é apenas um dos elementos que fazem da temática da avaliação da Pós-Graduação pela CAPES **um debate extremamente polêmico**. Para além de todo o extenso debate e as necessárias críticas que a avaliação quadrienal da Pós-Graduação da CAPES possa ter, **não se pode simplesmente deixar de olhar para esses dados que, de alguma forma ou outra, são indicadores a serem interpretados**.

Diante disso, é possível concluir que programas de pós-graduação mais antigos tendem a obter melhores notas na avaliação CAPES, o que, consequentemente, resulta em

maior acesso a financiamento e em um alcance ampliado de suas produções científicas. No entanto, para compreender de forma mais abrangente o cenário das pesquisas relacionadas à população LGBTQIAPN+, é fundamental analisar também a distribuição de pesquisadores por gênero e as instituições de ensino superior (IES) que registram estudos sobre essa temática nas plataformas analisadas. Essas informações estão representadas na Figura 5.

Figura 5 – Proporção do gênero dos pesquisadores por região geográfica

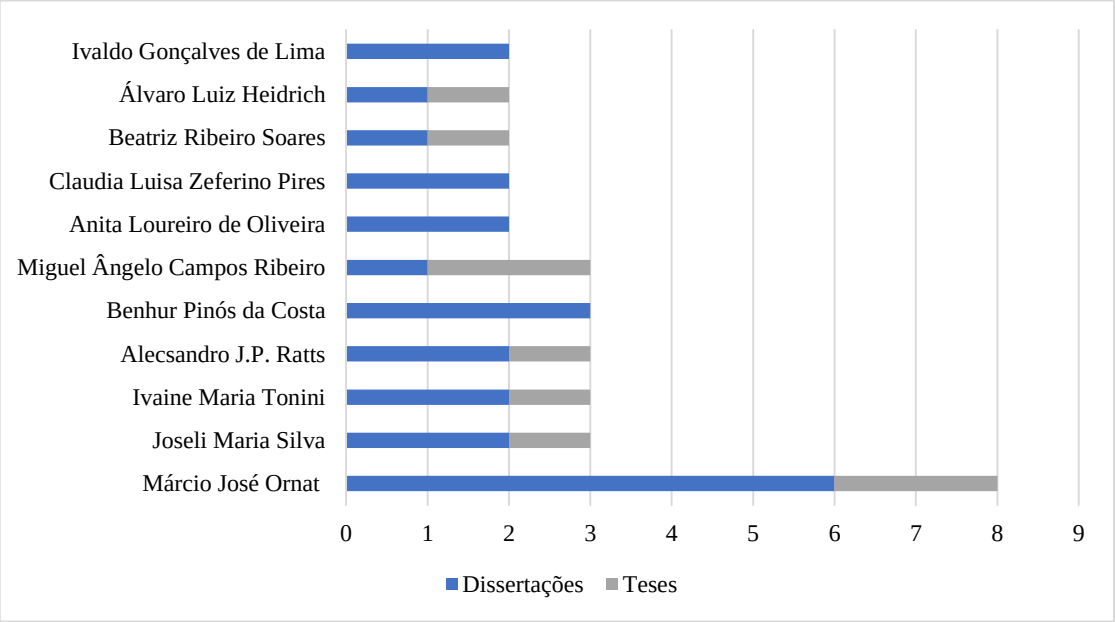


Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Dos trabalhos analisados, 35 (60%) foram realizados por homens e 23 (40%) por mulheres. Ao observar a distribuição de autores(as) por gênero na Figura 5, nota-se que, exceto na região Norte, as demais regiões apresentaram maior número de produções por homens, com diferença mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste. Essa predominância

masculina também foi observada entre os docentes que orientaram duas ou mais dissertações e/ou teses sobre a temática LGBTQIAPN+, como se observa na Figura 6.

Figura 6 – Docentes que orientaram dois ou mais trabalhos ligados à temática LGBTQIAPN+ em Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Dos 58 trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, 22 (61%) foram orientados por docentes do gênero masculino e 14 (39%) por docentes do gênero feminino, totalizando 36 orientadores. Em relação à quantidade de orientações, cerca de 70% dos docentes orientaram apenas um trabalho, sugerindo que não se dedicam majoritariamente à temática LGBTQIAPN+ na Geografia.

Entre os professores com três ou mais orientações, destacam-se: Márcio José Ornat (UEPG), com oito orientações; Joseli Maria Silva (UEPG), Ivaine Maria Tonini (UFRGS) e Alecsandro J. P. Ratts (UFG), com duas orientações de dissertações e uma tese cada; Benhur Pinós da Costa (UFSM), com três dissertações; Miguel Ângelo Campos Ribeiro (UERJ), com três orientações, sendo duas teses e uma dissertação. Para enriquecer a análise, foi criada uma nuvem de palavras destacando as temáticas mais frequentes nos títulos dos trabalhos, conforme mostrado na Figura 7.

Figura 7 – Nuvem de palavras dos temas mais recorrentes nas dissertações e teses de Geografia que abordam a população LGBTQIAPN+

Elaboração: Autores, 2023.

Conforme mostrado na Figura 7, as categorias geográficas mais frequentes nos títulos dos manuscritos foram “espaço”, “território” e “territorialidade”. Embora a categoria “lugar” não esteja explicitamente presente, o termo “vivências” pode ser relacionado a ela. Araújo (2018, p. 18), ao analisar publicações de pós-graduação em Geografia no Portal da Capes, obteve resultados semelhantes ao desta pesquisa, destacando que os estudos sobre a temática LGBTQIAPN+ são, em grande parte, fundamentados em conceitos territoriais e espaciais.

Além dessas palavras-chave, outros termos recorrentes nos estudos analisados incluem “cidade”, “Geografia”, “travestis”, “LGBT”, “gênero”, “Ponta Grossa” e “Paraná”. As duas últimas se referem ao município de Ponta Grossa e ao estado do Paraná, regiões de destaque na produção acadêmica sobre gênero e sexualidades na Geografia. No que se refere às identidades trans e travestis, embora tenha havido avanços, muitos trabalhos ainda as abordam através das lentes da prostituição e da violência, o que pode reforçar estereótipos sobre essas populações. Acerca dessa problemática, Santos, Chagas e Ornat (2020, p. 15) afirmam que:

> Mesmo que 90% desta população pratique a prostituição como modo de sobrevivência [...], é importante ressaltar a necessidade da desmistificação da associação simplista destas pessoas à prostituição, como se fosse a única possibilidade de vivência desses corpos. Esses dados científicos são reflexos da existência de uma construção de significados de que é reservada somente esta possibilidade de vivência a estas pessoas por parte da sociedade e, não obstante, pelas próprias travestis, mulheres e homens trans.

A citação destacada ressalta a importância de explorar novas geografias ou espacialidades que abordem a população trans e travesti além do contexto da prostituição, buscando oferecer novas perspectivas e desfazer a visão histórica e estereotipada sobre esse grupo. Importante também é o fato de que, entre os trabalhos analisados, apenas um aborda a realidade das lésbicas e bissexuais. Ao investigar outras identidades dentro da sigla LGBTQIAPN+, como a assexualidade e a pansexualidade, não foram encontrados estudos dedicados a essas orientações sexuais dissidentes.

Apesar desses desafios, Santos, Chagas e Ornat (2020, p. 15) sugerem que é necessário ampliar os debates sobre "outros espaços que estão sendo ocupados", para proporcionar mais oportunidades de pesquisa e dar visibilidade a experiências que transcendem a heteronormatividade compulsória. Embora a Geografia tenha abordado a população LGBTQIAPN+ de forma tardia e ainda enfrente marginalização, as produções científicas dessa área cresceram nas últimas décadas, impulsionadas por esforços de pesquisadores e grupos de pesquisa que desafiaram os paradigmas cis-heteronormativos.

Portanto, não se pode afirmar que a Geografia está "atrasada no rolê", em analogia a um possível atraso epistemológico na inclusão desse tema nos debates acadêmicos, considerando apenas o quantitativo de produções da pós-graduação brasileira, especialmente quando comparado a subáreas e temas tradicionais da Geografia Humana. A expansão das produções acadêmicas para todas as regiões do país, por sua vez, revela Geografias dissidentes que colocam em destaque existências historicamente marginalizadas e negligenciadas, inclusive nos debates acadêmicos, o que não foi exclusividade apenas da Geografia brasileira.

Considerações Finais

Desde a defesa da primeira dissertação de mestrado sobre a temática em 2002, observou-se um aumento progressivo de trabalhos acadêmicos e grupos dedicados ao estudo das identidades de gênero e das sexualidades LGBTQIAPN+. No entanto, apesar dos avanços teóricos e metodológicos nas pesquisas (dissertações e teses) sobre a população LGBTQIAPN+, especialmente nos últimos 10 anos, ainda existem lacunas

significativas no campo da ciência geográfica brasileira. Essas produções, embora relevantes, continuam a representar uma minoria em comparação com outros ramos da Geografia.

Ao analisar a distribuição espacial dos trabalhos produzidos na pós-graduação em Geografia no Brasil, constatou-se que a maior parte dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+ está concentrada nas Regiões Sul e Sudeste. Além disso, observou-se uma limitação nas abordagens das múltiplas interfaces que envolvem as identidades de gênero e sexualidade. Muitas dissertações e teses, por exemplo, centraram-se predominantemente nas vivências de travestis e mulheres trans, com ênfase nas questões de prostituição e violência. Embora esses estudos tragam avanços significativos tanto no campo social quanto acadêmico, é imperativo que novas geograficidades e espacialidades sejam exploradas, de modo a desconstruir os estereótipos frequentemente associados a essa população.

Destaca-se que a falta de representatividade e visibilidade da população LGBTQIAPN+ nas pesquisas acadêmicas é resultado de uma epistemologia hegemônica que, ao longo da história, negligenciou as abordagens sobre gênero e sexualidade, marginalizando essa parcela da população. A ausência de espaços dedicados a esse grupo impede o aprofundamento das investigações, resultando em uma escassez de produções acadêmicas sobre o tema. Tal contexto impede que uma reflexão mais abrangente e integrada sobre as complexidades das identidades LGBTQIAPN+ na Geografia brasileira seja plenamente desenvolvida.

Reconhecem-se, assim, as limitações deste trabalho, especialmente no que tange ao refinamento dos dados e às lacunas nas bases consultadas, os quais podem ter impactado a construção do estado da arte desta pesquisa. Todavia, destaca-se que o esforço metodológico aqui apresentado reafirma a urgência de incluir cada vez mais esses segmentos e sujeitos, historicamente, excluídos, no corpo teórico e metodológico da Geografia Brasileira. Isso compreende a inclusão de pessoas trans, travestis, não binárias e outras identidades e orientações sexuais dissidentes, de modo que seus corpos ocupem não apenas os estudos acadêmicos, mas também os espaços acadêmicos em si, contribuindo para a construção de uma Geografia e uma sociedade mais plurais e transgressoras.

Referências

ARAÚJO, M. **Território de lazer e sociabilidade de jovens LGBT no Centro de Florianópolis – SC**. 2018. 68 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do

Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007d/00007d27.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. **Histórico**. 2023a. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. 2023b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=36&areaConhecimento=70600007. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Plataforma Sucupira. **Dados Cadastrais do Programa**. 2023c. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**. Histórico e evolução**. 2023d. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/info. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). **Sobre**. 2023e. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home. Acesso em: 20 nov. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Revista Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835. Acesso em: 10 nov. 2023.

MOREIRA, G. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis[ação]**, v. 22, n.2, p. 20–28, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.31668/rta.v22i02.13262. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262. Acesso em: 10 nov. 2023.

NEIVAS, G. S.; BAPTISTA, A. C. Análise exploratória de dados espaciais da violência contra LGBTQIA+ no Brasil. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 74, n. 1, p. 159 –173, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.14393/rbcv74n1-61817. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/61817. Acesso em: 3 dez. 2023.

OLIVEIRA, V. H. N. Geografias das juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v.17, n. 2, p. 59 –78, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.22456/1982-0003.130242. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242. Acesso em: 3 dez. 2023.

ORNAT, M. J. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309–322, 2008. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1182. Acesso em: 4 nov. 2023.

PAULA, L. A. C.; PEDROSO, M. F. Gênero em espacialidades geográficas: trajetórias e coetaneidade. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 5 –19, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.35416/geoatos.v1i16.7341.Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7341. Acesso em: 4 dez. 2023.

SANTOS, A. E. C. dos; CHAGAS, B. I. L.; ORNAT, M. J. A produção científica brasileira sobre travestilidades e transexualidades: da doença à resistência. **Terr@ Plural**, v. 14, p. 1–19, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.14.2014487.041. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/14487. Acesso em: 26 nov. 2023.

SANTOS, A. F. S. **Racialidades e a produção de artigos científicos no conhecimento geográfico brasileiro entre 2001 e 2018**. 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3718/1/Adir%20Fellipe%20Silva%20Santos.pdf. Acesso em: 24 dez. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, C. M. T. **Sentidos de lugar**: análise das percepções espaciais da comunidade LGBT no centro de Florianópolis – SC. 2017. 60 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000048/00004858.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. "Enfrentando tabus no Discurso Geográfico Brasileiro": entrevista com Benhur Pinós da Costa. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 208–233, 2020. DOI: https://doi.org/10.5212//Rlagg.v.11.i2.0010. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17591/209209214020. Acesso em: 24 dez. 2023.

SILVA, J. M. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 262, p. 1–13, 2000. Disponível em: https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20BRasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1. Acesso em: 24 nov. 2023.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. Disponível em: https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/E-book.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

VASCONCELLOS, V. M. R. de.; SILVA, A. P. P. N. da.; SOUZA, R. T. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 1–12, 2020. DOI: https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/37452. Acesso em: 4 dez. 2023.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (VOLP). **Busca no Vocabulário**: Rolé. 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 4 dez. 2023.

Como citar:

ABNT

MARTINS, I. M.; SILVA, M. N. S. da; CASTRO, I. C. Geografia Brasileira: uma ciência atrasada no rolê dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+?. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 01, e25932, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25932>. Acesso em: 02 mar. 2025.

APA

Martins, I. M., Silva, M. N. S. da, & Castro, I. C. Geografia Brasileira: uma ciência atrasada no rolê dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+?. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, *v. 10, n. 01,* e25932, 2024. Recuperado em 02 março, 2025, de http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25932

This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2025, Universidade Federal do Maranhão.